

# Prazer e sofrimento no trabalho: vivências de mulheres soldados da Polícia Militar

Jéssica Gabrielle Mathias do Carmo  
Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães  
Mariana de Lima Caeiro

## INTRODUÇÃO

O universo da gestão e das Organizações, muitas vezes, opta por “visões que lhe são menos incômodas” (CHANLAT, 1996), ou seja, perspectivas que não questionem as práticas vigentes. Isso significa que as organizações oferecem pouco ou nenhum espaço para compartilhamento, na medida em que os atuais modelos de organização do trabalho impedem aqueles que sofrem de falarem de suas dificuldades. Destaca-se, portanto, a importância de se fazer pesquisas que tratem da subjetividade.



Nesse sentido, o objetivo deste estudo é compreender as vivências de prazer e sofrimento das mulheres policiais militares em uma unidade da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). A PMMG, por sua vez, é um espaço organizacional que funciona como uma espécie de gueto masculino no qual o ingresso de mulheres se deu há pouco tempo (CAPPELLE; MELO, 2010).

As últimas décadas foram marcadas por uma ampliação no entendimento do gênero como um organizador do social, estando, portanto, além dos indivíduos que ocupam funções masculinas ou femininas (ECCEL; GRISCI, 2011). Pode-se dizer que o contexto de trabalho explicita essa divisão de funções e destaca-se que a identificação dos sujeitos se dá de forma a relacioná-lo com a organização à qual estão vinculados (HERNANDES, 2003). De maneira geral, o domínio masculino e a exclusão das mulheres dos centros de decisão sempre foram uma realidade em todas as sociedades (BAHIA; FERRAZ, 2000).

Entende-se que o trabalho possui sentidos que vão além da própria atividade realizada, contribuindo para a construção de vínculos, os quais impactam na vida dos trabalhadores. A Psicodinâmica do Trabalho elucida a relação entre a forma que o trabalho é organizado e os processos de subjetivação, explicitando as vivências de prazer e sofrimento, bem como as estratégias desenvolvidas pelo trabalhador para manter a própria saúde mental (MENDES; FERREIRA, 2007).

É preciso perceber aquilo que na organização do trabalho é fonte de pressões, dificuldades, desafios e, portanto, passível de ocasionar sofrimento, mas também, prazer (ROSSI, 2011). Sendo assim, destacam-se os estudos que tratam desses aspectos nos mais diversos contextos organizacionais. As abordagens clínicas do trabalho se revelam como caminho para ampliar a compreensão acerca do trabalhador ao considerá-lo como um ser de desejo, de pulsão e de relação, cuja vida psíquica é indissociável da dimensão social (CHANLAT, 1996).

Apesar disso, a busca pela palavra-chave “Psicodinâmica” na biblioteca eletrônica SPELL retorna apenas três artigos, publicados nos últimos dez anos, representados por Bispo e Helal (2013), Tomazini e Macêdo (2010) e Hernandes e Macêdo (2008). Esse fato revela que essa abordagem clínica do trabalho não tem sido muito utilizada no campo da Administração quando se investiga o tema trabalho (GUIMARÃES; CARMO; CAEIRO, 2015). Portanto, este artigo pretende contribuir utilizando a Psicodinâmica em uma organização fortemente marcada pela rigidez e pelo risco ao qual se submetem seus trabalhadores.

Sobretudo, o interesse pela organização “Polícia Militar” se dá devido a importância do fator segurança em grandes centros urbanos, como é o caso de Belo Horizonte, acreditando-se que esse fato gera grandes pressões no trabalho dos policiais, de maneira geral. Além disso, observa-se que a instituição tem

experimentado uma série de pressões relativas à diminuição de seu caráter militar, e encontra dificuldades nesse processo de adotar uma postura mais democrática (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001).

Entende-se como uma dessas exigências democráticas o ingresso de mulheres no quadro profissional. Assim, a pesquisa se propõe a tratar questões relativas ao gênero e às vivências laborais nesse contexto, para, com isso, ampliar o universo de pesquisa no campo da Administração. Considera-se que “a entrada de policiais femininas abala a representação do trabalho de policial como uma profissão inerentemente masculina” (ECCEL; GRISCI, 2011, p. 60). Portanto, é válido trazer as impressões do grupo feminino em relação ao próprio trabalho, uma vez que se pressupõe a existência de diferentes percepções entre os policiais, sendo eles homens ou mulheres.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Psicodinâmica do Trabalho: prazer e sofrimento

O trabalho é primordial para intermediar a realização pessoal no campo social, uma vez que ele é auxiliar na construção da identidade, da saúde, da realização e das relações interpessoais (MENDES; FERREIRA, 2007). As pesquisas sobre as relações entre saúde mental e trabalho ganharam força com os estudos de



Christophe Dejours, iniciados na década de 1970, e centrados na patologia mental e psicossomática (SELIGMANN-SILVA, 1993). Ao longo do tempo, essa escola desenvolveu-se até a consolidação da chamada Psicodinâmica do Trabalho, a qual encontra seus principais fundamentos na psicanálise, na Ergonomia e na Sociologia do Trabalho (BENDASSOLI; SOBOLL, 2011).

A partir dos anos 1980, o campo de pesquisa da Psicodinâmica é ampliado para a busca da compreensão das estratégias individuais e coletivas dos trabalhadores na defesa contra as pressões do trabalho e do sofrimento gerado (MENDES; FERREIRA, 2007). Além disso, houve maior interesse em entender os processos psíquicos relativos ao reconhecimento, os quais estão envolvidos na transformação do sofrimento em prazer.

Assim, atividade profissional, de acordo com Dejours (2004), ultrapassa a troca de tempo por salário, pois também se apresenta como uma forma de inserção social. Isso porque se relaciona a aspectos psíquicos e físicos que são inerentes aos indivíduos e aos relacionamentos mantidos por ele no ambiente de trabalho.

A definição de identidade do sujeito feita por Gernet e Dejours (2011), demonstra-se fundamental para reconhecer a subjetividade, pois para a Psicodinâmica do Trabalho "a maioria dos sujeitos não pode ter identidade unicamente por si

mesmos. Por esse motivo, os sujeitos constroem a própria identidade por intermédio do olhar do outro” (CHANLAT, 2011, p. 66). Nesse contexto, é compreensível que o processo de construção identitária receba forte influência do ambiente de trabalho e das organizações onde essas pessoas se inserem.

A Psicodinâmica utiliza, também, a noção de carga psíquica, definida como o “eco ao nível do trabalhador da pressão que constitui a organização do trabalho”, que propõe o carregamento/descarregamento da energia por meio das vivências dos profissionais, funcionando, assim, como um regulador da carga global do trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p. 28). Dessa forma, quando a liberdade de organização do trabalho diminui, a carga psíquica aumenta, tornando o trabalho fonte de sofrimento; quando há a livre escolha do trabalho ou ele é livremente organizado, a carga psíquica é liberada, fazendo do trabalho um meio de prazer. Observa-se, então, que ao se tratar de prazer-sofrimento, automaticamente se remete ao estado de carga psíquica.

O conceito de prazer é intrínseco à percepção de valorização do trabalho frente a organização e a sociedade, por parte do sujeito. Essa valorização é capaz de lhe proporcionar sentimentos de positividade em relação à possibilidade de “imprimir sua marca pessoal, não sendo visto como um mero objeto” (OLETO; MELO; GARCIA, 2013, p. 63).

Sobre o sofrimento Rocha (2003) explica que este se encontra relacionado a dois sintomas. O primeiro deles diz respeito à insatisfação, e resulta da insignificância do trabalho ou da inadequação das atividades desempenhas às competências do trabalhador. Isso, por sua vez, tende a causar-lhe sentimentos de inutilidade, indignidade, desqualificação ou vivência depressiva. O segundo sintoma refere-se à ansiedade, que consiste no constante estado de tensão nervosa, o qual se origina das alterações das condições psíquicas e do equilíbrio psicoafetivo.

O prazer e o sofrimento são dialéticos, e embora concomitantes, um deles se sobressai (ROCHA, 2003). O contraste entre os sentimentos faz com que os trabalhadores busquem ressignificar o sofrimento para que o trabalho seja uma fonte de prazer. Afinal, o trabalhador substitui seu livre arbítrio pela vontade de terceiros, que instituem normas, as quais impõem empecilhos à expressão das individualidades por serem alheias aos desejos e necessidades dos empregados.

Sentimentos como a valorização e o reconhecimento são manifestados pelo uso da criatividade e pela possibilidade de expressar uma marca pessoal, e relacionam-se, também, ao orgulho e admiração por aquilo que se faz por parte da chefia e dos colegas. Portanto, têm relação com as vivências de prazer. Por outro lado, a sensação de desgaste associa-se ao cansaço, desânimo e descontentamento com o trabalho e, por essa razão, torna-se indício de vivências de sofrimento. Isso

porque geralmente o desgaste encontra-se aliado à falta de participação nas decisões, o que pode subutilizar as potencialidades técnicas e criativas do trabalhador (MENDES; TAMAYO, 2001).

Sendo assim, a organização do trabalho tem grande influência sobre as construções de prazer e sofrimento, já que é ela a responsável por prescrever o projeto operatório da realização das funções dos profissionais. De acordo com Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994), o conflito gerador da inflação da carga psíquica decorre justamente da oposição do trabalhador à vontade do empregador. Assim, para os autores se não houver nenhuma modificação da organização do trabalho, perante as vivências de sofrimento, torna-se real a possibilidade do desencadeamento de patologias. Faz-se necessário, portanto, explorar não o sofrimento em si mesmo, mas principalmente, as estratégias de mediação que são utilizadas contra esse sofrimento (MENDES; FERREIRA, 2007).

### A mulher policial: da casa para a rua?

Como a proposta deste estudo é compreender as vivências de prazer e sofrimento das mulheres policiais militares em um comando da PMMG é importante que se considerem aspectos relativos ao gênero. Isso porque as produções acadêmicas sobre as organizações são fortemente influenciadas pela



predominância do masculino no âmbito do trabalho (CAPPELLE; MELO, 2010). Entende-se, no entanto, que a análise das relações de gênero deve ir além da simples polarização entre masculino e feminino, a qual designa o homem como dominador e a mulher como dominada (CAPPELLE; MELO, 2010).

Os primeiros estudos relativos ao tema gênero, de acordo com Cappelle, Cramer e Netto (2001), apresentavam os aspectos biológicos dos sexos como suficientes para explicar a desigualdade entre eles. Contudo, as autoras reconhecem que, com o tempo, gênero passou a ser compreendido como produto do processo de socialização e pelo acesso, por parte de homens e mulheres, a diferentes experiências.

De acordo com Lima *et al.* (2013), há estudos que defendem que o masculino e o feminino são construções históricas, cujas diferenças vêm das realidades culturais estabelecidas. A abordagem pós-estruturalista concebe gênero como uma construção social e que a diferenciação entre os sexos se dá pelas práticas culturais reproduzidas, o que significa que ser homem ou ser mulher tem um significado que é socialmente pré-concebido (CRAMER; PAULA NETO; SILVA, 2002).

Assim como esses autores, admite-se que as noções de masculino e feminino são mutáveis e, ainda, que nas últimas décadas, as mulheres têm conquistado

posições que antes eram destinadas apenas aos homens (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010). No entanto, embora tenham havido mudanças e melhoras das condições das mulheres, ainda são verificados inúmeros desequilíbrios entre os gêneros (CAPPELLE; CRAMER; NETTO, 2001).

A Polícia Militar se mostra como exemplo de um ambiente marcado pela predominância masculina (CAPPELLE; MELO, 2010). Essa hegemonia relaciona-se com o uso de armamentos, força, agressividade e combate à criminalidade (ECCEL; GRISCI, 2011). O trabalho na polícia é caracterizado por uma forte cultura patriarcal, com práticas de policiamento de caráter bélico, cujo foco de ação é basicamente reativo e repressivo (CAPPELLE; MELO, 2010).

O ingresso de mulheres nos quadros profissionais da Polícia Militar tem relação com um processo de reestruturação da própria polícia. Esse processo se refere à desmilitarização e sua aproximação com a população. Daí a entrada das mulheres na corporação acontece com vistas a trazer aspectos relativos à feminilidade, muito vinculada ao domínio do lar, às virtudes morais e às regras (ECCEL; GRISCI, 2011).

Nesse sentido, Cappelle (2006) menciona que a entrada das mulheres, isto é, essa reestruturação, tem a ver também com uma espécie de humanização da polícia.

A autora, então, levanta hipóteses que expliquem a utilização desse termo, conduzindo para a ideia de que o processo de humanizar a polícia através do ingresso de mulheres carrega consigo perspectivas e ideologias de gênero.

É esperado que a policial feminina auxilie em ações preventivas, educativas e burocráticas na corporação, não lhe sendo destinadas situações que lhe exijam truculência (CALAZANS, 2005). Ademais, no Brasil, são destinados às mulheres determinados papéis, os quais são capazes de privá-las de assumir posições de maior status, maior poder e decisão (CARVALHO NETO; TANURE; SANTOS, 2014).

Dessa maneira, a pesquisa foi desenvolvida considerando as vivências de prazer e sofrimento no trabalho das mulheres policiais, destacando as questões de gênero, tão marcantes no ambiente que estudado. Considerando, ainda, que mesmo ocupando cargos similares, homens e mulheres desempenham suas atividades de maneiras diferentes, devido aos seus valores pessoais e culturais distintos (ESTIVALETE *et al.*, 2011).

## METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada por meio de instrumentos que a tornaram quantitativa e qualitativa. Sendo assim, foram aplicados questionários,



constituídos pela Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), e foram feitas entrevistas em profundidade para captar as impressões e vivências das mulheres policiais em relação ao próprio trabalho.

A EIPST foi construída e validada por Mendes (1999) e representa um grande avanço nos estudos relativos às vivências laborais, especialmente, por oferecer possibilidades quantitativas de análise (MOREIRA, 2007). O instrumento tem como base a teoria da Psicodinâmica e compõe o Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA). De acordo com Mendes e Ferreira (2007), a escala funciona como um “termômetro”, pois possibilita uma análise descritiva da realidade do trabalhador.

Mendes e Ferreira (2007) recomendam que a EIPST seja utilizada de maneira conjunta com outras técnicas que possibilitem, também, o tratamento qualitativo dos dados, oferecendo diversos olhares sobre o sujeito da pesquisa. Destaca-se, portanto, que a fala está para a constituição do indivíduo porque é através dela e de suas vicissitudes que se constrói a existência pessoal (CHANLAT, 1996).

O acesso e apreensão dessas relações dinâmicas se dão pela análise da fala e da escuta do sofrimento dos trabalhadores (MENDES; FERREIRA, 2007), ou seja, é imprescindível trazer a perspectiva dos sujeitos cujas vivências serão abordadas

por esta pesquisa. Por essa razão, as entrevistas em profundidade se mostraram como metodologia adequada para elucidar aspectos não contemplados pela EIPST.

Para proceder ao cálculo amostral, foi admitida uma população de 52 mulheres soldados, a qual corresponde ao total de mulheres de uma determinada unidade da PMMG – conforme informação da própria instituição. Foram respondidos 37 questionários, de forma atender à exigência amostral.

Os dados obtidos pela EIPST foram agrupados em quatro fatores (gratificação, liberdade, insegurança e desgaste), como sugere o trabalho de Moreira (2007). Esses fatores dividem-se em itens, os quais o respondente deve julgar com que frequência vivencia aquela situação. Esses itens da EIPST foram avaliados através de uma escala do tipo Likert, que vai de 1 a 5 pontos.

Para proceder à análise desses dados, considerou-se: a vivência do fator foi entendida como fraca caso sua média estivesse entre os valores 1 (um) e 2,5 (dois e meio); vivência moderada para valores entre 2,5 (dois e meio) e 3,5 (três e meio); e vivência forte para valores de 3,5 (três e meio) a 5 (cinco).

A coleta dos dados aconteceu durante os meses de abril e maio de 2015. Os questionários respondidos foram obtidos de duas maneiras: por meio de uma

visita à corporação escolhida, quando as policiais foram abordadas, solicitando sua participação na pesquisa; e, ainda, por meio de uma versão online do questionário, a qual foi enviada por e-mail corporativo para as policiais, com a devida explicação acerca dos objetivos da pesquisa.

Em relação às entrevistas, o roteiro utilizado foi elaborado com o suporte da teoria Psicodinâmica do Trabalho, levantando pontos que estimulassem às mulheres a discorrerem sobre suas vivências de prazer e sofrimento na sua atividade laboral. A escolha das respondentes contou com a técnica denominada “bola de neve”, na qual era solicitado à policial entrevistada que indicasse outras para participar da pesquisa. Foram feitas cinco entrevistas em profundidade, individuais e com duração média de uma hora e vinte cada.

Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas à luz da técnica denominada análise de conteúdo, a qual conta com procedimentos sistemáticos para promover a descrição do conteúdo das mensagens, objetivando possibilitar ao pesquisador fazer inferências (BARDIN, 2006). As cinco policiais entrevistadas foram tratadas nesse trabalho, por questão de sigilo, como PFEM1, PFEM2, PFEM3, PFEM4 e PFEM5, assim como não foram revelados seus dados pessoais e unidades de trabalho.

### Caracterização da amostra

A maioria das mulheres policiais que participaram da pesquisa tinha entre 26 e 30 anos, o que corresponde a 46% do total. Em seguida, a faixa etária de 18 a 25 anos (32%) e 31 a 39 anos (22%), sendo que nenhuma policial possuía mais de 40 anos. De maneira geral, pode-se dizer que se trata de um público jovem.

Em relação à escolaridade, a maioria (46%) das mulheres policiais está cursando o ensino superior. Isso dá indícios de que há um interesse por parte desse público em elevar o grau de formação, abrindo possibilidade para prestar concursos internos ou auferir maiores ganhos salariais através da formação superior. Por outro lado, nota-se que, de maneira bem menos expressiva, apenas 2% contam apenas com o ensino fundamental completo.

A maior parte das mulheres (43%) atua na polícia há menos de três anos. Em seguida, tem-se aquelas que estão há pelo menos seis anos, porém não há nenhuma que esteja na instituição há mais de 10 anos. Além disso, 25% das mulheres policiais que participaram desta pesquisa possuem entre três e seis anos de casa. Por fim, observou-se que a expressiva maioria (68%) ocupa cargos com função operacional, ou seja, que são desempenhados na rua, em contato direto com a população. O restante, 32%, ocupa cargos de caráter administrativo.

### Análise dos resultados

Os dados quantitativos obtidos a partir da aplicação da EIPST relativos às maiores e menores médias dos fatores de prazer (gratificação e liberdade) e sofrimento (insegurança e desgaste) serviram como base para a formulação das categorias utilizadas na análise qualitativa. Assim, oito categorias foram desenhadas, conforme o Quadro 1:

**Quadro 1: Resultados das médias mais altas e mais baixas de cada fator**

FATORES	MÉDIAS	VALOR	CATEGORIA
Gratificação	MAIS ALTA	4,189	Sinto orgulho do trabalho que realizo
	MAIS BAIXA	3,162	O tipo de trabalho que faço é admirado pelos outros
Liberdade	MAIS ALTA	3,703	Sinto meus colegas solidários comigo
	MAIS BAIXA	2,081	No meu trabalho posso usar o meu estilo pessoal
Insegurança	MAIS ALTA	3,189	Tenho receio de ser excluído ao cometer erros
	MAIS BAIXA	2,162	Sinto-me inseguro diante da ameaça de perder meu emprego
Desgaste	MAIS ALTA	3,541	Meu trabalho é cansativo
	MAIS BAIXA	2,486	Sinto desânimo no trabalho

Fonte: Elaborado pelas autoras.



A análise das médias mais altas e mais baixas de cada fator tem como objetivo evidenciar a percepção das mulheres policiais acerca da frequência com que vivenciam as situações descritas na EIPST. Portanto, as médias mais altas indicam elevada vivência e as médias mais baixas se referem a baixas vivências.

Vale destacar também que duas outras categorias emergiram da análise das falas das policiais entrevistadas. Estas dizem respeito à "identidade policial" e ao "gênero". Além disso, ressalta-se que apesar do esforço empreendido na sistematização da análise das falas, em alguns momentos as categorias delineadas se cruzam e exigem sua análise de maneira conjunta.

A categoria "identidade policial" relaciona-se a questão inicial das entrevistas, que solicitava que a entrevistada refletisse sobre sua trajetória pessoal e profissional: "Quem é você?". Portanto, tratava-se de uma pergunta relacionada à construção da identidade e mesmo não tendo sido perguntadas especificamente sobre o papel do trabalho nesse processo, elas se descrevem a partir dessa perspectiva. Dessa maneira, os resultados vão ao encontro do que afirmam Gernet e Dejours (2011), quando eles relacionam a identidade do sujeito às influências que estes recebem de seu ambiente de trabalho e das organizações onde se inserem. Os relatos abaixo exemplificam essa questão da identidade, pois

as entrevistadas falam de si referindo-se a seu comportamento dentro e fora da instituição militar:

Tem duas PFEM3, uma antes de entrar na polícia e uma depois que entrou na polícia. Antes eu gostava de dançar, sair e tudo mais, agora não, mais séria. (PFEM3)

Eu no serviço, sou diferente de eu em casa (com sorriso). Eu em casa não sou polícia de jeito nenhum. Sou completamente diferente, sou risonha, extrovertida, que me vê, nem imagina, que sou militar. Então, tenho essa vantagem. Eu trabalhando, quem me vê à paisano, nunca vai falar: "Essa é policial". Nossa! Sou super extrovertida. Agora eu trabalhando, já sou séria demais (sorriso). (PFEM4)

Em relação à categoria "gênero", é interessante ressaltar que há uma divisão entre operacional e administrativo que carrega essas questões de gênero. As mulheres atuantes no operacional adentram, enfim, em um cenário que a priori era somente masculino, e são exigidas a isso. Assim, a comparação com o homem torna-se inevitável e acaba revelando que, para obter reconhecimento sobre seu trabalho, elas devem despende um grande esforço.

Nesse sentido, sobre os aspectos de compreensão e de diferenciação do gênero, além dos aspectos biológicos tratados nos primeiros estudos sobre essa temática, é

necessário trazer à tona, também, o processo de construção das diferenças sexuais, isto é, a socialização. E, apesar de todas as entrevistas reforçarem que, na maioria dos casos, não há diferenças de tratamento entre homens e mulheres, elas expuseram ser necessário um certo esforço para obterem reconhecimento em seu ambiente de trabalho:

Não, não me sinto em pé de igualdade. Eu sempre tenho que provar em triplo que eu sou tão bom quanto homem. (PFEM2)

Eu procuro fazer as coisas muito certas. Até para não dá margem daquele preconceito que é antigo: "Há! Mulher na polícia é isso, é aquilo". Então eu procuro ser a melhor, no que eu posso ser, no que estou fazendo. Eu procuro fazer tudo com muita perfeição para não dá brecha. Pra ninguém falar nada, criticar, então eu tenho orgulho de ser o que eu sou, do jeito que eu sou(...) Isso que tem que fazer, porque qualquer coisinha que você faz: 'A não, é porque é mulher!'. Se o homem faz alguma coisa: "A não, pô, o cara fez isso!". Mas você mulher fazendo uma coisa dessa: "Tinha que ser mulher!" (PFEM3)

Além disso, na instituição analisada, há a divisão da realização das atividades, em atividade fim e atividades de apoio. As duas atividades carregam valores diferentes, uma vez que as atividades de apoio são vistas como geradoras de menor reconhecimento, isso porque estão em menor contato com os riscos

inerentes à profissão. As entrevistadas se mostram cientes dessa realidade, e confirmam que estando na rua percebem melhor os resultados do trabalho, e acreditam que os retornos são mais positivos.

A análise dos itens da EIPST que tiveram as médias mais altas e mais baixas, de maneira a associá-los às falas das entrevistadas, revelou que a média mais baixa do fator gratificação, referente ao item “o tipo de trabalho que faço é admirado pelos outros”, evidencia sofrimento. Isso porque pode ter a ver com a sensação de inutilidade, indignidade e desqualificação, de forma a questionar as competências profissionais das mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres. A PFEM2 descreve isso:

Aí esse rapaz (policia) tava comigo, sempre a fama dele de “é o cara, e tal”, e eu me lembro que na hora de abordar, eu abordei os dois e esse rapaz na hora começou a tremer. Tava nervoso com a situação... Eu mesma fiz a busca, eu mesma peguei a droga, eu mesma fiz a ocorrência, quando eu cheguei lá pra registrar a ocorrência, o povo deu parabéns pra ele! Como se ele só tivesse feito o serviço todo só. Como se ele tivesse abordado... Por quê? Porque não é possível que a PFEM fez isso, fez esse tipo de serviço. (PFEM2)

É possível inferir, ainda, que a sensação de pouca admiração por parte da sociedade pode relacionar-se ao feedback das vítimas sobre o serviço prestado,

pois as policiais após a realização de um determinado trabalho, geralmente, não recebem um retorno direto das pessoas que foram socorridas, apesar de considerarem uma forma interessante de reconhecimento e agradecimento:

O que eu falei, eu gosto de pessoas, eu gosto de ver as pessoas bem, E isso na polícia eu consigo um pouco disso também. Porque assim, toda vez que você ajuda alguém. Quando alguém te agradece, surge até uma amizade, por conta da polícia e tal. (PFEM3)

Não tem o que se falar. E assim, eu estava até pensando nisso: 'Gente, você não tem como ver como a pessoa está, porque na hora tem que agilizar a ocorrência, são muitos dados que tem que pegar. Então, não tive como conversar com as vítimas. (PFEM4)

No que diz respeito à média mais alta observada para o fator gratificação, tem-se relatos relativos ao orgulho proporcionado pela profissão. As mulheres entrevistadas sentem-se orgulhosas do trabalho que executam, especialmente devido ao reconhecimento da função desempenhada por parte da sociedade, dos familiares ou dos próprios colegas de trabalho. Atuar como policial possibilita às mulheres prestar ajuda à sociedade de maneira geral, como indicam os próximos relatos:

Eu me enxergo... uma sensação de importância... a minha família vê isso muito positivamente, sabe, a minha mãe, eu sinto um orgulho muito grande deles por eu ser policial, a minha avó, principalmente as pessoas mais velhas, eles ... me faz sentir importante. (PFEM2)

Eu me sinto realizada, porque, assim, muita gente espelha né? Olha assim também. Todo lugar que você vai, o pessoal para pra olhar, para pra elogiar, principalmente, "uma mulher na polícia?" "Minha filha vai ser" E ai acaba que você é um espelho. Criança? Criança, eu lembro que ano passado o meu celular era lotado de foto. Todo lugar que eu ia trabalhar, tinha que parar para tirar foto com uma criança. Os bichinhos na rua. Então é muita coisa. Um dia atrás do outro, é muita coisa boa que passa. (PFEM4)

Dejours (2007) reforça a importância da análise dos motores individuais e coletivos do prazer no trabalho, como sendo este o mediador insubstituível da realização social do trabalho. Assim, o sentimento de orgulho da profissão vai além do individual, pois para as policiais, a capacidade do seu trabalho atingir o próximo, é fundamental para sua realização pessoal e profissional.

Segundo Cappelle (2006), o papel da mulher na organização militar, como já apontado no referencial teórico, relaciona-se a "humanização da polícia" e a questão do gênero. Há possibilidade que o orgulho pelo trabalho realizado,

também, esteja nessa relação. Já que as policiais reconhecem o papel diferenciado que podem realizar na esfera militar e social:

O que me faz ficar na polícia é ajudar as pessoas. Eu gosto muito. Eu me lembro de uma situação, a gente estava na MG10 aí chegou uma moça já estava quase ganhando o bebê e a gente correu, tal e tal, chegamos no hospital, o bebê já estava quase pra fora... e chegou lá, eu não tive que fazer o parto, mas se tivesse que fazer e ia fazer... eu ia tentar salvar ali... então, aquilo ali é gratificante pra mim! (PFEM2)

A mulher sim. A mulher é mais humana. Então essa sensibilidade. Esse toque feminino veio com a mulher. Aí veio a transição, a filosofia da polícia. Ao invés de ser uma polícia truculenta, passa a ser mais. Como é que fala? Comunitária! Esse é um serviço pra além da violência, pra além da droga, pra além do serviço policial, isso é comunitarismo, isso é você ser comunitário, é maternal. (PFEM5)

Em relação ao fator liberdade, especificamente sobre o item de média mais alta ("sinto meus colegas solidários comigo"), Dejours (2007) expõe que é necessário que haja confiança entre os indivíduos. No entanto, apesar de se render à importância da confiança nas relações, o autor também se demonstra cético quanto a concebê-la como uma dimensão irredutível do trabalho.

Na análise das entrevistas, observa-se que as policiais, em geral, avaliaram positivamente a relação mantida com seus colegas, principalmente os pares, mas que, muitas vezes, também percebem o uso da hierarquia por parte de superiores ou pares mais antigos como uma forma de expressão de poder para angariar benefícios pessoais. A questão do aprendizado, admiração entre os colegas e o companheirismo também foi pontuada pelas policiais, como o representado na fala seguinte:

Eu tô numa seção maravilhosa, com uma tenente incrível, um exemplo de mulher pra mim, forte, pessoa que tá sempre desembolando, meus amigos lá da minha seção, eles são pessoas... cada um tem seu jeito uns são mais mal-humorados, outros são mais alegres, mas são pessoas que estão sempre me ajudando, sabe?! Eu sou nova lá, então tô aprendendo muita coisa. No geral, o meu relacionamento com eles é muito bom. (...) São pessoas que eu posso discutir com uma pessoa hoje, e amanhã ser meu colega de viatura... Então, você tem que ir com mais calma, do que se fosse só um colega da vida civil, porque você pode depender dessa pessoa, tanto como ela pode depender de você. Então, não é bom você ficar fazendo inimizade. (PFEM3)

Já em relação à possibilidade de usar o próprio estilo pessoal, entende-se que as exigências por parte da instituição – Polícia Militar – para que o policial mantenha certa postura pode justificar o resultado para a baixa média dessa



vivência. Isso porque há obrigatoriedade no uso de uniformes, a realização de formalidades em respeito à hierarquia e até mesmo o ambiente dominado pelo masculino.

Todo bom policial, até a entonação de voz, quando você está falando da polícia a sua entonação de voz é uma, quando você não está falando da polícia, sua entonação é outra. Você percebeu, quando a gente estava conversando, bem esporadicamente, mas quando fala da polícia é uma voz mais impositiva, mais centrada, é uma voz mais pacífica. (...) O meu tipo é diferente, a minha forma de falar é diferente, a minha forma de se postar é diferente, então eu to com postura o tempo todo. Se eu estivesse fardada aqui, eu estaria sentada de outro jeito. (PFEM5)

Sobre o fator insegurança, as características da organização também auxiliam na compreensão do resultado, aparentemente contraditório encontrado nas vivências relativas aos itens: "Tenho receio de ser excluído ao cometer erros" e "Sinto-me inseguro diante da ameaça de perder meu emprego". O primeiro apresenta uma média alta, enquanto o segundo uma média baixa. Isso quer dizer que em relação à insegurança, apesar do elevado receio de exclusão ao cometer algum erro, é baixo o receio de perder o emprego, afinal trata-se de um cargo público.

Assim, uma instituição pública, de fato, não deveria apresentar insegurança demasiada em relação a perda do emprego, já que pressupõe a estabilidade do empregado, quanto à manutenção da sua vaga de trabalho conquistada pela realização de um concurso. No entanto, a instituição militar carrega particularidades, como o respeito à hierarquia, jogos de poder, militarismo, disciplina exigida, formalidades e as próprias responsabilidades inerentes à função, já que o policial deve atuar em condições de pressão e reconhecer que a morte faz parte da rotina de seu trabalho.

Polícia é militar, tem uma hierarquia, mas tem gente que vai muito, além disso. Usa da hierarquia pra ficar pisando, humilhando, dá em cima, principalmente de mulher, né? Porque a gente é minoria. Arruma picuinhas, umas coisas, totalmente, desnecessária, que só atrapalha o serviço, né? Que não ajuda em nada. Essa é aparte mais difícil. As vezes assim: Eu sou soldado, fulano é cabo, aí quer usar daquilo para uma coisa boba, por exemplo, dentro do quartel, do alojamento, a pessoa quer achar que manda no alojamento porque é mais antigo que você. (PFEM3)

Em relação à média mais alta do fator “desgaste” e referente ao item “meu trabalho é cansativo”, observou-se, nas entrevistas, uma forte relação com a falta de rotina encontrada no sistema de escalas, ao qual as policiais são submetidas, principalmente, aquelas que estão em atividades operacionais. Já que os atuantes no administrativo trabalham com uma rotina semanal, embora, ainda sim,

estejam sujeitos a uma escala extra, sem previsão de ocorrência. Além dessa questão, emergiram as relações abusivas do uso do poder:

Por exemplo, como mudou o comandante, chegam umas pessoas com uma visão totalmente diferente de tratar você como fosse um objeto. Eu te coloco ali, você tem que fazer e pronto. Não quero saber se você tem vida fora. Não quer saber se tem compromisso fora. (PFEM1)

Isso até acarretou... eu tô sentindo umas dores no estômago, tô até procurando o que que é... E os médicos até me falaram da possibilidade de ser stress é grande, porque vai te irritando, você marca um negócio, não pode, marca outro negócio, não pode... e é com uma frequência assim, incrível. (...)Acho que assim, é ego das pessoas sabe?! "Eu preciso de fulano" e às vezes nem precisa nada... te escala assim, acho que é uma má administração, as coisas acontecem sem motivo, assim, sem a gente saber direito o que ta acontecendo... (PFEM3)

As entrevistadas apontam para uma má administração das escalas, o que afeta diretamente a sua vida pessoal. De acordo com o previsto em lei os policiais têm uma carga horária semanal a ser cumprida, que é quarenta horas. No entanto, a Lei Complementar nº 127, de 02/07/2013 prevê o seguinte: "a exigência de estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostas pelas leis e regulamentos, a qualquer hora do dia ou da

noite, na sede da unidade ou onde o serviço exigir (...). Portanto, nessa ressalva podem se encontrar os problemas administrativos, que acarretam as constantes mudanças das folgas e dias de trabalho relatadas pelas policiais.

Segundo as entrevistadas, é bastante comum a necessidade dessa “escala extra”, não pela demanda de serviço, mas pela má administração no processo de elaboração das escalas de rodízio entre os policiais. Além disso, deve-se considerar as possíveis influências pessoais, que podem ocorrer quanto ao uso do poder de má fé. Nesse sentido, há implicações diretas na vida social das trabalhadoras, as quais tenderão a sobrecarga psíquica, podendo ocasionar, assim, patologias do trabalho, como o estresse, citado por algumas entrevistadas. Também, há influência sobre a corporação, que estará sujeita ao aumento do nível de absenteísmo, desatenção no trabalho, prejuízos, e, em se tratando da polícia, risco de vida.

No entanto, as vivências relativas ao sentimento de desânimo no trabalho são baixas. Esse fato pode ser explicado pela adrenalina à qual elas estão submetidas em sua rotina de trabalho. Além disso, ficou perceptível durante as entrevistas que se trata de um trabalho desejado por elas, fato que também se relaciona ao orgulho da profissão.

Durante as entrevistas, observou-se que o período do Curso Técnico de Segurança Pública, o qual antecede a entrada na corporação, se mostrou bastante marcante na vivência das policiais por indicar uma situação de maior vulnerabilidade dessas mulheres. Esse período corresponde à entrada na polícia, que se inicia com a realização de um curso técnico de segurança pública, onde “nasce” o policial.

Nesse curso, elas aprendem como devem se portar e agir e pelo fato de ainda não serem policiais, encontram-se sujeitas a relações de poder abusivas, especialmente, porque podem ser reprovadas e ter seu ingresso na polícia barrado. Nessa formação, pode-se dizer que os policiais passam por um processo de assujeitamento e de acordo com as entrevistas, foram percebidos traços de assédio moral, além do medo constante de não conseguir a aprovação.

Nesse período de “provação” as relações de poder ficam mais evidentes, pois, os futuros policiais, tanto homens quanto mulheres, precisam de ser empossados e apesar da seriedade do curso, ficam sujeitos às pressões do curso e ao estresse. Faz parte desse processo, ainda, a militarização, isto é, quando a cultura da organização se enraíza no perfil do sujeito, conforme o apontado pelas entrevistas como o “antes e o depois” da entrada na polícia. Portanto, talvez seja esse o

momento em que o trabalho como policial e a organização militar esbarrem no processo de construção identitária das policiais.

Por fim, destaca-se que, de maneira geral, o sentimento de prazer no trabalho sobressaiu em relação ao sofrimento, sendo apontados os itens “sinto orgulho do trabalho que realizo” e “sinto meus colegas solidários comigo”, encontrados nos fatores gratificação e liberdade, respectivamente, como as vivências que se mostraram mais presentes para as policiais. Ambos os fatores estão relacionados à capacidade de ajudar o próximo, seja no atendimento à sociedade, seja na parceria desenvolvida no ambiente de trabalho, que proporciona aprendizado e segurança durante as atividades, sejam elas na rua ou dentro do batalhão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa foi compreender as vivências de prazer e sofrimento das mulheres policiais militares em um comando da PMMG. Os resultados quantitativos forneceram uma base importante para nortear a análise qualitativa, permitindo, assim, o alcance desse objetivo.

O uso da escala EIPST como instrumento para coleta de dados foi essencial para a realização dessa pesquisa, pois ela proveu os itens e fatores que embasaram a

análise. A escala, ainda, possibilitou quantificar estatisticamente as vivências de prazer e sofrimento do público analisado. Já a utilização das entrevistas, conforme o sugerido por Mendes (1999) foi fundamental para a compreensão de percepções do trabalho, bem como, análise das questões relativas ao gênero e ao prazer e sofrimento no trabalho das mulheres policiais.

Apesar dos resultados da escala EIPST relativos ao prazer terem sido maiores do que sofrimento, a falta de reconhecimento relacionada a questão do gênero deve receber atenção especial da PMMG. Para se sentirem reconhecidas, como iguais, as policiais relataram que precisam provar que são tão boas ou melhores que os homens na execução de suas tarefas. Além disso, sentem necessidade de apresentar comportamentos masculinizados para fugir dos estereótipos femininos e esconder fragilidades ditas "típicas de mulheres". Destaca-se que as percepções das policiais não são complacentes com a existência de determinados privilégios em relação aos homens. Por outro lado, podem ser excluídas de certas operações policiais ou ter suas competências questionadas simplesmente por serem mulheres.

Em geral, esta pesquisa permitiu reconhecer que o trabalho das policiais é assinalado por questões de gênero e de poder no trabalho. Para serem vistas como profissionais competentes, essas mulheres sentem-se compelidas a

apresentar um desempenho superior quando comparadas ao gênero masculino. Além do mais, a dinâmica organizacional de uma instituição militarizada remete, muitas vezes, ao abuso do poder, causando stress e outras patologias clínicas, principalmente, em um ambiente em que a abertura para a entrada de mulheres ainda é muito recente. Apesar de reconhecerem esse cenário para além da simples execução de suas tarefas de trabalho, as militares sentem-se orgulhosas da profissão. Esse orgulho pode estar atrelado à possibilidade de atender a população necessitada de seus serviços, e principalmente, por atribuírem um caráter mais “humano” ao trabalho militar.

Esta pesquisa apresenta uma importante contribuição para os estudos em administração pois, além de articular os conceitos e análises de prazer e sofrimento da Psicodinâmica, foi necessário recorrer ao referencial que trata de questões relativas ao gênero, já que esta temática emergiu de forma significativa nas falas das entrevistadas.

Assim, reconhecendo-se a centralidade da atividade laboral na constituição social do sujeito, compreendemos o trabalho como um campo movido por relações de poder e intermediador de sensações de prazer e sofrimento. Além disso, como pode ser visto nesta pesquisa, as reflexões decorrentes de estudos como este pode promover uma potencial via para possíveis mudanças na emancipação das



mulheres sobre as questões de gênero, que se demonstrou tão presente na vida das policiais.

Apesar de termos realizado uma triangulação entre métodos qualitativos e quantitativos, é importante apontar as limitações que enfrentamos nessa pesquisa. Primeiramente, tivemos acesso a apenas um comando da PMMG. Assim sendo, pode-se dizer ainda que pelo fato de não se tratar de uma amostra probabilística, os dados não podem ser generalizados para a toda a unidade da polícia. Outra limitação metodológica diz respeito ao número de entrevistas realizadas. Mesmo tendo chegado à saturação das respostas, tivemos uma imensa dificuldade em acessar policiais que se dispusessem a participar da pesquisa dando entrevistas. Isso pode ser explicado por certa desconfiança por parte das entrevistadas em participar de uma pesquisa que trata de prazer e sofrimento no trabalho.

Como agenda para futuras pesquisas, sugere-se a aplicação dos questionários em outros comandos da polícia, com o intuito de que a amostra da pesquisa seja maior, permitindo novas inferências. É possível focar no curso de formação dos soldados, como já foi mencionado, que demonstrou ser um período repleto de vivências marcantes para os futuros policiais. Ainda, podem ser realizados estudos comparativos, seja com o sexo masculino ou em relação a outras patentes

da instituição, a fim de verificar diferenças e semelhanças nas percepções em relação às vivências de prazer e sofrimento no trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. L. DE; MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição polícia militar. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 214-237, jan. /jun. 2001.

BAHIA, M. C. A.; FERRAZ, M. A. V. Entre a exceção e a regra: a construção do feminino na polícia civil baiana. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 7, n. 18, p. 25-40, maio/ago. 2000.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 2006. 280 p.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3-21.

BISPO, A. C. K. A.; HELAL, D. H. A dialética do prazer e sofrimento de acadêmicos: um estudo com mestrandos em Administração. *Faces: Revista de Administração*, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 120-136, out./dez. 2013.



CALAZANS, M. E. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v. 10, n. 2, 2005.

CAPPELLE, M. C. A. O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais. 2006. 378 f. (Tese, Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CAPPELLE, M. C. A.; CRAMER, L.; NETTO, A. P. Relações de gênero na polícia: a construção das representações sociais do masculino e do feminino em uma organização militar. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXV, 2001, Campinas. Anais... Campinas: ANPAD, 2001.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-99, maio/jun. 2010.

CARVALHO NETO, A. M.; TANURE, B.; SANTOS, C. M. M. Pride and prejudice beyond the glass ceiling: Brazilian female executives psychological type. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 16, n. 39, p. 210-223, ago. 2014.



CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e na sua intenção de deixar a empresa. *Revista de Administração, São Paulo*, v. 45, n. 1, p. 70-83, jan./mar 2010.

CHANLAT, J. F. O indivíduo na organização. *Dimensões esquecidas*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1996. v. 1.

CHANLAT, J. F. O desafio da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 110-131.

CRAMER, L.; PAULA NETO, A.; SILVA, A. L. A inserção do feminino no universo masculino: representações da educação superior. *Organizações & Sociedade, Salvador*, v. 9, n. 24, p. 25-37, maio/ago. 2002.

DEJOURS, C. A metodologia em psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S; SZNELWAR, L. I. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 105-126.

DEJOURS, C. Prefácio. In: MENDES, A. M. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, métodos e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007. p. 19-22.



GERNET, I.; DEJOURS, C. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). Clínicas do trabalho. São Paulo: Altas, 2011. p. 61-70.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. 152 p.

ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. L. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-78, mar. 2011.

ESTIVALETE, V. F. B. *et al.* As implicações de gênero na hierarquia dos valores relativos ao trabalho. Alcance, Biguaçu, v. 18, n. 3, p. 271-286, jul./set. 2011.

GUIMARÃES, L. V. M.; CARMO, J. G. M.; CAEIRO, M. The inclusion of clinical approaches and psychoanalysis in the administration: an overview of Publications between 1960 and 2013. Business and Management Review, Colchester, v. 5, n. 1, p. 551-561, June 2015.

HERNANDES, J. C. Vivências de prazer-sofrimento: um estudo exploratório com trabalhadores de um hotel de Goiânia. 2003. 164 f. (Dissertação, Mestrado em Psicologia) – Área IV, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

HERNANDES, J. C.; MACÊDO, K. B. Prazer e sofrimento no trabalho numa empresa familiar: o caso de um hotel. Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 7-19, jan./jun. 2008.

MENDES, A. M. Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional. 1999. 306 f. (Tese, Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento-ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). Psicodinâmica do trabalho: teoria, métodos e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007. p. 111-126.

MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 6, n. 1, p. 39-46, jan./jun. 2001.

MOREIRA, P. M. Entre a justiça e o sofrimento: um estudo nas empresas do comércio varejista de Fortaleza. 2007. 125 f. (Dissertação, Mestrado em Administração) – Unidade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

OLETO, A. F.; MELO, M. C. O. L.; LOPES, A. L. M. Análise bibliométrica da produção sobre prazer-sofrimento no trabalho nos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (2000-2010). *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 60-73, período 2013.

ROCHA, S. R. A. "O pior é não ter mais uma profissão, bate uma tristeza profunda": sofrimento, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e depressão em bancários. 2003. 180 f. (Dissertação, Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ROSSI, E. Z. Método e pesquisa em Psicodinâmica do trabalho. In: MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Org.). *Psicodinâmica e Clínica do trabalho: Temas interfaces e casos brasileiros*. Curitiba: Juruá. 2011. p. 113-124.

SELIGMANN-SILVA, E. Da Psicoptologia à Psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso. In: DEJUORS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho:*

contribuições da escola dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas. 1993. p. 13-20.

TOMAZINI, T.; MACÊDO, K. B. As vivências dos trabalhadores de um shopping center em relação ao seu trabalho: uma abordagem psicodinâmica. Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 3, n. 2, p. 209-224, jul./dez. 2010.



## Prazer e sofrimento no trabalho: vivências de mulheres soldados da polícia militar

### Resumo

O objetivo deste estudo foi compreender as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de mulheres soldados em uma unidade da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Para tanto, a Psicodinâmica do Trabalho foi utilizada como referencial teórico. A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo, contando com a resposta de 37 questionários elaborados com a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), criada e validada por Mendes (1999). Posteriormente, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, a fim de se captar as vivências ligadas ao prazer e sofrimento. Foi possível identificar que o trabalho das policiais é constantemente perpassado por questões de gênero e de poder, as quais encontram-se, muitas vezes, entrelaçadas. Esse fato influencia a percepção das mulheres em relação ao próprio trabalho. Em geral, o sentimento de prazer no trabalho sobressaiu em relação ao sofrimento, devido, por exemplo, ao orgulho da profissão e à sensação de solidariedade entre os pares.

### Palavras-chave

Psicodinâmica do Trabalho; Trabalho; mulher; polícia militar.

## Pleasure and pain at work: experiences of women soldiers at Policia Militar

### Abstract

The aim of this study was to understand pleasure and suffering experiences in the work of women soldiers in a unit of the Military Police of Minas Gerais (PMMG). Therefore the psychodynamics was used as a theoretical framework. The research was quantitative and qualitative with the response of 37 questionnaires prepared with Indicators Scale of Pleasure and Suffering at Work validated by Mendes (1999). Later, there were five in-depth interviews to capture the experiences linked to pleasure and suffering. It was possible to identify that the job of the police women is constantly permeated by issues of gender and power. This fact influences the perception of women about their job. In general, the feeling of pleasure in work stood out against the suffering, because pride of the profession and the feeling of solidarity among peers for example.

### Key words

Psychodynamics; Work; Woman, Military Police

# Placer y dolor en el trabajo: experiencias de mujeres soldados en la Policía Militar

## Resumen

El objetivo de este estudio fue comprender las experiencias de placer y sufrimiento en el trabajo de las mujeres soldados en una unidad de la Policía Militar de Minas Gerais (PMMG). Por lo tanto, se utilizó la psicodinámica del trabajo como un marco teórico. La investigación fue cuantitativa y cualitativa, con la respuesta de 37 cuestionarios preparados con la Escala de Indicadores de Placer y Sufrimiento en el Trabajo (EIPST), establecidos y validados por Mendes (1999). Más tarde, realizamos cinco entrevistas en profundidad con el fin de mejor captar las experiencias de placer y sufrimiento. Fue posible identificar que el trabajo de la policía está constantemente atravesado por cuestiones de género y poder que a menudo se entrelazan. Este hecho influye en la percepción de las mujeres en relación con el trabajo en sí. En general, la sensación de placer en el trabajo se recortaba contra el sufrimiento, porque, por ejemplo, el orgullo de la profesión y el sentimiento de solidaridad entre pares.

## Palabras clave

Psicodinámica, Trabajo; Mujer; Policía Militar



## Autoria

### Jéssica Gabrielle Mathias do Carmo

Bacharela em Administração pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: [jessicagmathias@gmail.com](mailto:jessicagmathias@gmail.com).

### Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: [ludmilavmg@gmail.com](mailto:ludmilavmg@gmail.com).

### Mariana de Lima Caeiro

Mestranda em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: [mariana-caeiro@hotmail.com](mailto:mariana-caeiro@hotmail.com).

### Endereço para correspondência

Jéssica Gabrielle Mathias do Carmo. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Av. Amazonas, 7675, Nova Gameleira, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30510-000. Telefone: (+55 31) 33196867.

## Como citar esta contribuição

CARMO, J. G. M.; GUIMARÃES, L. V. M.; CAEIRO, M. L. Prazer e sofrimento no trabalho: vivências de mulheres soldados da Polícia Militar. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 1313-1357, dez. 2016.

*Contribuição Submetida em 23 dez. 2015. Aprovada em 15 abr. 2016. Publicada online em 3 mar. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.*

